

20 WORKING PAPERS INVESTIGAR EM CIÊNCIA POLÍTICA

Cristina Montalvão Sarmento

Diretora do Observatório Político

A discussão mais ou menos sofisticada em todos os meios públicos da ação política quotidiana parece esvaziar o objeto da ciência política antes da sua aplicação. Este inconveniente é acentuado pela variedade dos géneros e a multiplicidade das perspetivas que caracterizam a produção contemporânea da ciência política. A investigação em ciência política no âmbito do Observatório Político está patente na produção de vinte working papers, no ano de 2012, e expressa a liberdade de pesquisa nos estudos políticos em Portugal.

O conhecimento científico da política e a apreensão do fenómeno político contém a dificuldade do observador dos factos sociais. A ameaça da tentação pela facilidade. Aquele que estuda, observa-se a si próprio, nas suas relações com os outros, e este contacto direto, mesmo que um pouco distante, parece dar o privilégio do conhecimento imediato.

Para a vida política, esta faculdade é duplicada pela obrigação de cidadão de cumprir um dever e participar ele próprio como ator no combate político. A discussão mais ou menos sofisticada em todos os meios públicos parece esvaziar o objeto da ciência política antes da sua aplicação. E estes inconvenientes são acentuados pela variedade dos géneros e a multiplicidade das perspetivas que caracterizam a produção contemporânea da ciência política.

Às adversidades enunciadas acresce que a ciência política tende a deixar para trás toda a espécie de discursos lírico-moralistas que funcionam sob pressão normativa, em proveito de uma análise que se contenta em dar a ver, porquanto procura elucidar os trilhos do poder político. Este pretende mascará-los, porque revelar as bases do poder é chamar a atenção sobre si e muitas vezes contradizer o discurso legitimador que se quer preservado.

Deste modo a apreensão do fenómeno político implica a compreensão do maquiavélico afastamento entre o que o poder proclama e aquilo que o poder



faz. Da mesma forma, aí onde as ilusões são maciças, tenazes e estruturalmente ligadas às exigências da vida política, a ciência política introduz um suplemento de lucidez, desenvolvendo a capacidade de ultrapassar ilusões.

Esta conceção não é nova. A realidade da política tinha já em Platão um mundo visível – *horata* ou *doxasta* - onde se encontram, em primeiro lugar, uma zona de *eikones* – imagens ou reflexos nas águas a que o filósofo chamou "*eikasia*" – e que poderíamos traduzir por ilusão. Platão antes de iniciar a alegoria dissera expressamente que se tratava de dar a conhecer o comportamento da natureza humana, conforme ela é ou não, submetida à educação. A realidade da política não mudou muito desde então. O seu mundo visível contém uma preciosa zona de ilusão composta por símbolos e cargas culturais que compete à ciência da política explicar.

Os mais decisivos pensadores das ciências sociais chamaram a atenção para esse dado. Como salientou Wright Mills, diversos autores usaram termos diferentes para se referir a essa realidade: a *fórmula política* ou *as grandes superstições* de Mosca; o *princípio da soberania* de Locke; o *mito do governo* de Sorel; as *legitimações* de Weber; as *representações coletivas* de Durkheim; as *ideias dominantes* de Marx; a *vontade geral* de Rousseau; os *símbolos da autoridade* de Lasswell; a *ideologia* de Mannheim; os *sentimentos públicos* de Spencer; todas estas denominações e outras idênticas atestam o lugar central dos símbolos de domínio, da autoridade ou do poder na análise social¹.

Talcott Parsons e outros grandes teóricos chamaram-lhes "valores-orientações" ou "estrutura-normativa"². Podemos nós explicar que se referem à simbologia da legitimação do poder. As relações destes símbolos com a estrutura das instituições contam-se entre os problemas mais fecundos da ciência social. A sua importância primordial está no uso que deles se faz para justificar a organização do poder ou para a ela se opor. A sua importância psicológica está no facto de se converterem na base de adesão ou de contestação ao poder.

Quando os símbolos se convertem em fonte de oposição à organização do poder desenvolvem-se verdadeiras teias de resistência das quais resultam

¹Cf. C. Wright Mills, *La Imagination Sociológica*, México, Fondo de Cultura Económica, 1993 [14^a reimp.], pp. 55-56. Sobre os autores que Mills refere consulte respectivamente, entre outras obras, Gaetano Mosca, *The Ruling Class*, Westport, Greenwood Press, 1980; John Locke, *Two Treatises on Civil Government, An Essay Concerning the True Original Extent and End of Civil Government*, de 1690. Georges Sorel, *Reflexiones Sobre la Violencia*, Madrid, Alianza Ed., 1976. Max Weber, *Economia y Sociedad, Esbozo de Sociología Comprensiva*, México, Fondo de Cultura Económica, 1993 [10^a reimp.], pp. 203, 281, 357, 393 e segs., e pp. 568, 858, 875. Émile Durkheim, *A Ciência Social e a Acção*, Lisboa, Bertrand, 1975. Karl Marx, *A Ideologia Alemã*, II, Lisboa, Ed. Presença, 1980. Jean-Jacques Rousseau, *Du Contrat Social ou Principes du Droit Politique*, Paris, Flammarion, 1966. Harold Lasswell, *Política: Quem Ganha o Quê? Quando? Como?*, Brasília, Universidade de Brasília, [1959], ou ainda em conjunto com Abraham Kaplan, *Poder e Sociedade*, Brasília, Universidade de Brasília, 1984 [1950]. Karl Mannheim, *Ideologia y Utopia*, México, Fondo de Cultura Económica, 1993, passim. Herbert Spencer, *The Man versus the State*, Hardmondsworth, Penguin Books, 1969.

²Talcott Parsons, *Toward a General Theory of Action*, Cambridge, Harvard University Press, 1951 e *Working Papers in the Theory of Action*, Glencoe, The Free Press, 1953.

causas difusas da desagregação dos símbolos do poder instituído.

O símbolo é uma das formas mais persuasivas e potentes partes do nosso universo mental e emocional. Freud transformou o inconsciente no repositório da realidade; Lacan afirmou que o inconsciente é estruturado como a linguagem e foi mais longe afirmando que é a função simbólica que distingue a sociedade fundada na linguagem da sociedade animal, reinstalando o símbolo no centro de muitas questões. Símbolos e política estabelecem necessariamente estreitas relações.

Tentar apreender a relação específica entre os grupos de interesse reais da sociedade e as ideias ou formas de pensamento que esses interesses assumem e nos símbolos em que se transformam, é um dos passos determinantes para compreender os mecanismos do poder.

Em consequência, tem sido frequente a afirmação que um dos processos mais elaborados de aquisição do domínio ativo e passivo da sociedade é a substituição dos seus valores dominantes. Todos os grandes movimentos de ideias do passado lutaram pelo domínio do sistema geral de crenças. Nesta orientação se deve considerar a afirmação de Russell quando afirmou que *o poder de uma comunidade depende não apenas da quantidade dos seus membros, dos recursos económicos e da capacidade técnica, mas também das suas crenças*³.

Na continuação de uma linha de compreensão que desde Maquiavel quebrou a tradição clássica greco-latina optando pelo realismo político, em oposição ao idealismo ético que o precedeu, podemos situar-nos na zona da *imagem do poder* sobrevalorizando a *credenda* por oposição à *miranda*⁴. Na primeira, é a *ideologia* que se assume como forma dominante, e na segunda a *Constituição* é a exteriorização do poder como título de mando consubstanciado no estatuto jurídico do político.

Uma parte significativa da ciência política vive das múltiplas interrogações que a zona da *credenda*, da ilusão e dos símbolos provocam na sua interação com o poder, e como afirmou Popper "só há um caminho para a ciência ou para a filosofia: encontrar um problema, ver a sua beleza e apaixonar-se por ele"⁵. É neste domínio que se colocam importantes questões de metodologia.

A ciência política, como todas as ciências sociais – muitas vezes pouco explicativas, outras vezes não demonstrativas e, sobretudo, compreensivas – visa encontrar nas metodologias que utiliza uma linguagem científica comum,

³ Bertrand Russell, *O Poder. Uma Nova Análise Social*, Lisboa, Fragmentos, 1993, p.97.

⁴ A terminologia é utilizada por Adelino Maltez em *Sobre a Ciência Política*, Lisboa, ISCSP, p. 181.

⁵ Cfra a epígrafe de abertura de Sir Karl R. Popper, *Em Busca de um Mundo Melhor*, Lisboa, Fragmentos, 1989, p. 1.



capaz de permitir o grau de clareza e linguagem racional, capazes de lhe fornecer o estatuto científico.

Sem prejuízo pela indagação dos melhores métodos e da verificação a que os mesmos devem ser submetidos, lembra-se que o método é um caminho para chegar ao conhecimento, pelo que a submissão do objeto do estudo ao próprio método, será sempre de evitar. Até porque a investigação em ciências sociais é o corolário do sentido pessoal do vivido, subjetivamente determinante das escolhas e opções temáticas.

Importa muitas vezes aceitar o risco daqueles que seguem a *noesis* platónica – a razão intuitiva – ou intuição, tal como a reabilitou Bergson⁶, em particular quando a ciência hoje, não só aceita, como fomenta, a complexidade analítica, a interdisciplinaridade e a subjetividade interpretativa, como meio de emergência do novo.

Ao que acresce que em toda a investigação de um campo de saber social, somos impelidos a alargar a procura aos outros, para chegar a entender o lugar da matéria estudada. Sabemos que os discursos contra a especialização abundam e que provavelmente não impressionam os que sabem quanto custa dominar até um pequeno campo de especialização, mas gostaríamos de acentuar aqui a diferença essencial que a este respeito existe entre o papel da investigação nas ciências exatas e nas ciências humanas e sociais.

O investigador em ciências exatas trabalha nos limites do conhecimento. Escolhe um pequeno sector em que as hipóteses que coloca são postas à prova e revistas por meio de experiências. Não há dúvida de que também ele deveria poder acompanhar um campo mais amplo e ser versado nas disciplinas mais próximas da sua, mas em última análise, é mais valorado pelas suas descobertas do que pelos seus conhecimentos.

Nas ciências humanas e sociais, é diferente⁷. O humanista e a educação humanista, em geral, visam primeiro e acima de tudo, o conhecimento, aquele conhecimento a que se chama "cultura". O estudo da cultura é em grande medida o estudo da continuidade e é necessário adquirir o hábito mental de procurar essa continuidade não só nos limites de cada campo, mas em todas as manifestações culturais que nos rodeiam.

Os estudos de continuidade podem levar-nos a indivíduos que se destacam da multidão anónima pelo impacto que provocaram nas tradições e a abordagem biográfica suscitará questões sempre novas sobre as convenções culturais, as

⁶ Henri Bergson (1859-1941) para uma iniciação ao seu pensamento, v.g., *A Intuição Filosófica*, Introdução e notas de Maria do Céu Neves, Lisboa, Ed. Colibri, 1994.

⁷ Nesta orientação, E.H. Gombrich, *Para Uma História Cultural*, Lisboa, Gradiva, 1994, em especial, pp. 95-102.



suas origens e o seu prazo de validade. Uma contribuição válida pode transcender o particular, sugerindo a outros estudiosos ideias novas sobre as inumeráveis formas pelas quais os vários aspetos de uma civilização podem interagir. Daí que todas as contribuições científicas possam ser sugestivas, ricas e de incentivo a novas contribuições.

Neste sentido, só o trabalho científico consolidado através da investigação permite dar corpo a uma associação científica em estudos políticos, pelo que se solicitou aos membros do Observatório Político que apresentassem a evolução dos seus trabalhos de investigação nestes modelos informáticos, de modo a serem divulgados à comunidade científica.

Em Dezembro de 2012, pouco mais de um ano após a nossa participação na rede de informação internautica, pela criação e atualização de um sítio permanente, e a subsequente apresentação de vinte trabalhos, constatamos que a investigação em ciência política no âmbito do Observatório Político tem sido particularmente rica, sendo agora paulatinamente capaz de ser organizada com o objetivo de consolidar os eixos de investigação.

Como centro de investigação, o Observatório Político, em especial após a abertura da sua sede, produziu inúmeras atividades permanentes. Todos os meses realizou seminários nos vários eixos de investigação que se propôs, produziu várias obras sobre os mesmos e participou em vários painéis internacionais na Eslovénia, Inglaterra, Espanha, Estados Unidos da América, entre outros países.

No âmbito da formação, pôde remunerar vários e sucessivos estágios de formação, criou cursos livres e continuou a sua política de abertura ao exterior com cursos a franceses e americanos sobre a realidade política portuguesa. Acolheu os estudantes que se fizeram Mestres e Doutores e que por essa via assumiram crescentes responsabilidades nas atividades do Observatório Político.

O Observatório Político tem sido simultaneamente solicitado para inúmeras parcerias e atividades de consultoria científica que lhe têm permitido um saudável prosseguimento de atividades. E, no que toca à sua capacidade associativa, cresceu em número de associados de forma exponencial e divulgou as atividades dos seus membros, publicitou os seus livros e sobretudo acolheu todos os que de forma graciosa e generosa partilham a vontade de estudar política com plena liberdade. É por isso que nos congratulamos que este balanço provisório não se vire para o passado, mas para o futuro.

No dia 1 de Janeiro deste novo ano, o POLITIPÉDIA – Repertório Português de Ciência Política, base de dados sobre política portuguesa, ficou acessível à



comunidade científica, a partir do Observatório Político, sob novo formato, ainda que em construção e fase final de atualização, é um sistema generalizado de redes informativas em matérias de ciência política.

Para 2013, quatro trabalhos eletrónicos de investigação serão disponibilizados brevemente. Iniciamos no mês de Janeiro, o envio de informação privilegiada aos membros associados do Observatório Político com o título de *Open Arena* sob a forma de livro eletrónico com regularidade trimestral, em que a agenda, as atividades, recensões de livros e de colóquios, podem ser acompanhados pelos membros e mais tarde serão disponibilizadas aos que ainda não se associaram a nós, neste espaço de comunicação interativa.

Ainda no mês de Janeiro começam também as nossas atividades formativas em língua portuguesa em SciencesPo, e estão previstos para o primeiro semestre dois números da *Revista Portuguesa de Ciência Política* que se encontram no prelo. Um número especial sobre segurança, realizado no Paquistão em parceria com um centro homólogo da região, e o número dois, em fase de finalização, permitem assegurar o prosseguimento do objetivo de colocar uma revista portuguesa com os índices científicos exigíveis nos rankings internacionais. Dois ou três grupos de artigos, criando *cadernos* especiais sobre Portugal, em revistas internacionais de membros do Observatório Político deverão ser publicados.

Dois cursos estão em agendamento e o trabalho sobre o projeto Espólio Tito de Moraes prossegue a bom ritmo. Uma obra de fôlego de um dos grupos de investigação e o lançamento de uma rede de correspondentes permitem crer que a consolidação das atividades nacionais e internacionais do Observatório Político está vigorosa, fazendo jus ao esforço coletivo dos membros que no passado e assim se espera no futuro, têm sido o apanágio do sucesso desta associação, a qual que me tem sido dado o privilégio de coordenar. Assim garantimos o nosso contributo para o desenvolvimento da investigação livre dos estudos políticos em Portugal.

Desejamos a todos que o ano de 2013 seja de criatividade e incentivo para o estudo e a investigação na nossa área de pesquisa e que, não obstante as dificuldades conjunturais, estabeleça «valores-orientação» ou estrutura normativa, como diriam os nossos teóricos, ao trabalho que realizamos. Bom ano de 2013.



OBSERVATÓRIO POLÍTICO

Av. Elias Garcia, nº 123 – 7ºE
1050-098 Lisboa PORTUGAL
Telf. (00351) 21 820 88 75
geral@observatoriopolitico.pt

Para citar este trabalho/ To quote this paper:

Sarmento, Cristina Montalvão «Investigar em Ciência Política», Working Paper #20, Observatório Político, publicado em 23/01/2013, URL: www.observatoriopolitico.pt

Aviso:

Os working papers publicados no sítio do Observatório Político podem ser consultados e reproduzidos em formato de papel ou digital, desde que sejam estritamente para uso pessoal, científico ou académico, excluindo qualquer exploração comercial, publicação ou alteração sem a autorização por escrito do respectivo autor. A reprodução deve incluir necessariamente o editor, o nome do autor e a referência do documento. Qualquer outra reprodução é estritamente proibida sem a permissão do autor e editor, salvo o disposto em lei em vigor em Portugal.